

A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO, O NEOLIBERALISMO E O SOFRIMENTO NO TRABALHO: HÁ ALGUMA RELAÇÃO ENTRE ELES?

ORGANIZATION OF WORK, NEOLIBERALISM AND PAIN AT WORK: IS THERE ANY RELATIONSHIP BETWEEN THEM?

Alzira Mitz Bernardes Guarany¹

Recebido em 09/09/2011

Aceito em 10/12/2011

RESUMO

O presente artigo, baseando-se na abordagem marxista e na psicodinâmica do trabalho de Christophe Dejours, propõe uma discussão acerca do mundo do trabalho na contemporaneidade, sob a égide do neoliberalismo, e das consequências que acarreta para a saúde do trabalhador, causando sofrimento não só ao trabalhador mas também a sua família.

Palavras-chave: Trabalho. Neoliberalismo. Saúde no trabalho.

ABSTRACT

This article, based on the Marxist approach and work psychodynamics Christophe Dejours, proposes a discussion of the contemporary world of work, under the aegis of neoliberalism, and of the consequences that this brings to the health of the worker, causing suffering not only the employee, but also their family.

Keywords: Work. Neoliberalism. Health at work.

¹ Assistente Social pela UFRJ; Doutoranda e Mestre em Serviço Social pela ESS/UFRJ; Professora Substituta da ESS/UFRJ, Rio de Janeiro; Coordenadora Geral e docente do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Veiga de Almeida/RJ e dos cursos de Pós-Graduação Lato Sensu em Serviço Social da UVA/RJ. E-mail: <aguarany@gmail.com>

Introdução

O último quarto do século XX abalou a divisão do mundo organizada até então em dois blocos antagônicos: o “socialismo real” entra em colapso e o modelo de desenvolvimento capitalista baseado no paradigma keynesiano enfrenta uma grave crise, pondo fim ao sonho fordista de uma sociedade de consumo para as massas populares. Exigem-se novas formas de gerir a produção que apresentem uma flexibilidade maior, capaz de responder rápido às demandas específicas e repentinas do mercado, assim como saber lidar com as novas tecnologias, mantendo-se o nível do lucro. Surge o toyotismo, nova forma de gestão capaz de dar a agilidade necessária à produção e à organização do trabalho, que se soma aos antigos paradigmas de gestão. A crescente globalização da economia em função dos novos fluxos financeiros, somadas à busca por novos mercados e novos consumidores, enfraquece a eficácia do fordismo e do pacto keynesiano, cujo funcionamento estava centrado, primordialmente, na escala nacional. No que concerne à subjetividade, o modelo de acumulação flexível adotado, que enfatiza a necessidade de flexibilidade dos processos, traz fortes impactos nas relações intra e extra laborais. Todos estes elementos forjam um determinado padrão de saúde do trabalhador.

Este artigo propõe uma discussão sobre o neoliberalismo, ideário adotado a partir da crise do capitalismo do final dos anos 1970, e seus impactos sobre a saúde no ambiente laboral, a partir de uma revisão bibliográfica de autores que trazem elementos para suscitar este debate.

2. Desenvolvimento

A adoção em escala mundial do ideário neoliberal inicia-se com a pressão exercida especialmente pelos governos dos E.U.A., da Inglaterra e da Alemanha, à época representados respectivamente pelo presidente Ronald Reagan, a primeira-ministra Margareth Thatcher e o chanceler Helmut Kohl, como aponta Anderson (2008), que começam a advogar a adoção do Estado Mínimo, fiscal, que deve atuar de modo contido e pontual, objetivando garantir a lógica do mercado. A vitória destes governos também se deveu à falência dos países do Leste Europeu. Com isto, em 1989, acontece um encontro emblemático

para o mundo contemporâneo: o Consenso de Washington. Neste encontro, os países centrais supracitados se reuniram com representantes do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional (FMI) e dos países periféricos, e propuseram a adoção de políticas gerais que tornariam exequível o programa de estabilização e das reformas estruturais para a retomada do desenvolvimento econômico, lançando as bases do neoliberalismo. O Fundo Monetário Internacional, alegando a busca do equilíbrio do sistema financeiro internacional, empresta dinheiro aos países em dificuldades em troca da adoção de rígidas políticas econômicas. Já o Banco Mundial objetiva financiar projetos sociais de infraestrutura em países pobres. Assim, o discurso da ampla reforma do Estado, tornando-o mínimo², surge como um dos fundamentos das políticas públicas na década de 1980 e tem-se então o neoliberalismo convertido em concepção ideal do pensamento antidemocrático contemporâneo, que serve somente aos interesses do capital, como afirma Netto (1995).

No âmbito do trabalho, o neoliberalismo começou a sinalizar a inadequação do modelo fordista em manter o repasse da produtividade para os salários, desindexando o pagamento dos trabalhadores. Promove e estimula a produção globalizada, buscando baratear a produção, com a contratação de trabalhadores por um preço mais baixo em países periféricos. Podemos inferir que Marx quando fala que as necessidades dos trabalhadores são produto da história e do nível de cultura de um país, o modo de satisfazê-las também será diferente e pode ter impacto (positivo ou negativo) no custo da mão de obra:

[...] a extensão das chamadas necessidades imprescindíveis e o modo de satisfazê-la são produtos históricos e dependem, por isso, de diversos fatores, em grande parte do grau de civilização de um país e, particularmente, das condições em que se formou a classe dos trabalhadores livres, com seus hábitos e exigências particulares. (MARX, 2004, p. 201).

O que acaba por elevar mundialmente o índice de desemprego, pois dispensa trabalhadores nos países nos quais as necessidades são maiores e conseqüentemente é maior o custo desta mão de obra e migram para países nos quais as necessidades ainda

² Como diz Netto em suas aulas no Programa de Pós-Graduação da UFRJ: “mínimo para o social e máximo para o capital”.

são rudimentares, perfazendo um custo muito menor. Outra iniciativa foi diminuir radicalmente a atuação do Estado-Providência, desmobilizando e, em alguns casos, até desmontando o aparato de proteção social existente. E finalmente, em função da mobilidade do capital, unida à flexibilização do processo de trabalho possibilitado pela evolução tecnológica, desregulamenta as relações de trabalho e os direitos consagrados.

Todos estes elementos vêm contribuir para o aumento do sofrimento dos que têm trabalho, pois além de ter que conviver com uma atividade laboral empobrecida, o trabalhador, quando empregado, agora tem o fantasma da demissão que o acompanha diuturnamente. Somado a isso, torna-se real, com a Revolução Tecnológica, todo um aparato eletrônico como celular, computador, *notebook*, que o mantém ligado/logado 24 horas ao trabalho. E ainda, muitas vezes seu contrato de trabalho nem sempre se traduz em segurança e garantia de direitos. Enfim, o mundo do trabalho, com a entrada no cenário do neoliberalismo, só fez crescer os elementos que podem aprofundar o sofrimento no trabalho.

A flexibilidade do tempo no trabalho, proposta como vantajosa nos novos tempos, embora pareça prometer maior liberdade que a do trabalhador que ficava atrelado à rotina de uma fábrica “clássica”, está, ao contrário, envolvendo-o em uma nova trama de controle, o controle de sua subjetividade. Um trabalhador que usa o tempo de forma flexível pode até controlar a rotina de seu local de trabalho, mas não adquire maior controle sobre o processo de trabalho em si, que é um dos fatores geradores de sofrimento, conforme Santana (2003).

A terceira revolução, a tecnológica, centrada na automação, é um fenômeno irrevogável, trazendo alterações fundamentais para o cotidiano do homem, e particularmente para o cotidiano do trabalhador: o tempo mais acelerado, o acúmulo de tarefas em função da diminuição dos postos de trabalho, o enorme fluxo de informações de que temos que dar conta e do qual depende nosso trabalho, a competição no ambiente laboral, entre inúmeros outros fatores que trazem consequências para os trabalhadores.

A crise do petróleo e a elevação do seu preço por volta de 1973 levam o sistema econômico mundial a iniciar a busca de alternativas para a manutenção de sua margem de lucro. O colapso é estrutural: inicia-se a racionalização, reestruturação e intensificação

da exploração do trabalho, além de determinar a “caça” de mercados onde a mão de obra fosse mais barata. A inovação tecnológica, a automação e a flexibilidade trazida pelas novas formas de gestão de produção impactam na organização do trabalho e nas formas de contratação, impondo, como opção para a manutenção da margem de lucro, contratos de trabalho com cláusulas mais flexíveis.

Senett (1999), baseado no relato de duas gerações, promove uma discussão sobre a fragilidade dos valores morais e éticos impostos e necessários para este novo padrão de acumulação, flexível, e os impactos disto no caráter do homem. Relata, entre diversos exemplos, o que ocorre na multinacional American Telephone and Telegraph Company (ATT):

[...] na ATT [...] ‘empregos’ está sendo substituído por ‘projetos’ e ‘campo de trabalho’. As empresas também distribuíram muitas tarefas que antes faziam [...] por pequenas firmas e indivíduos empregados com contratos de curto prazo (SENETT, 1999, p. 22).

Como consequência destes ajustes, há uma crescente onda de desemprego, postos de trabalho mal remunerados, retrocesso do poder de luta e organização no movimento sindical, aumento da velocidade de produção e, conseqüentemente, maior índice de sofrimento imposto à classe trabalhadora. Neste contexto, o capital já não se sente mais forçado a tornar a fábrica atraente para o trabalhador, a própria competição no mercado encarrega-se de tornar o emprego “sedutor”.

Uma nova lógica econômica passou a dominar o cenário mundial, na qual a instabilidade pretende ser norma, e o mercado está mais dinâmico e não permite mais que se adote o mesmo padrão de atuação e trabalho por anos a fio, a palavra de ordem agora é flexibilidade, agilidade, rapidez, em diversos âmbitos. Só para exemplificar, recorremos mais uma vez a Senett (1999, p. 22):

[...] o período médio de tempo que os investidores seguram suas ações nas bolsas [...] caiu 60% nos últimos quinze anos. O mercado acredita que o rápido retorno é mais bem gerado pela rápida mudança institucional.

A referência de bom trabalhador não é mais ter um histórico que mostre uma carreira longa dentro de uma mesma empresa. A inexistência do longo prazo desestabiliza a ação duradoura e afrouxa os laços

de confiança. O mercado hoje tem como padrão de bom profissional aquele que passa por vários empregos, ficando uma média de quatro a cinco anos em cada. O discurso de crescente participação que começa a povoar o ambiente organizacional nada mais é do que uma forma de cooptar a subjetividade do trabalhador. O movimento mais flexível do capital acentua o novo, o fugidio, o efêmero, ao invés de valores sólidos que antes vigoravam no cenário corporativo. Somados a isto temos ainda o individualismo exacerbado, com cada um preocupando-se consigo e com seus problemas. Com diz Dejours (apud SNELZWAR, 2004), temos um sofrimento que é causado pela organização do trabalho, mas que acaba por ser aprofundado pelos fracos laços que os trabalhadores estabelecem entre si, que poderia ser traduzido por “[...] solidariedade combativa ou militante [...]” (op cit, p. 20), que nada mais é que o poder de mobilização do coletivo dos trabalhadores, que na contemporaneidade está em crise. Como diagnostica o mesmo Dejours (apud SNELZWAR, 2004, p. 17):

[...] todas as formas clássicas de solidariedade estão em processo de desestruturação – e não apenas as estratégias coletivas de defesa. Diante dos constrangimentos do trabalho, todos se encontram, psicologicamente, cada dia mais só. O ‘assédio moral’, por exemplo, [...] nada tem de novo, os ‘chefes’ e os patrões sempre perseguiram os trabalhadores. O que mudou é o crescimento desmesurado das patologias decorrentes destas perseguições, não apenas contra operários e contra os empregados, de maneira mais ampla, como também, agora, nas fileiras da hierarquia intermediária. Por quê? Porque diante da perseguição não há mais solidariedade. E quando se está só, abandonado pelos demais, é psicologicamente muito mais difícil suportar a injustiça do que quando se conta com a cumplicidade dos colegas. Todas as patologias relacionadas ao trabalho, hoje, são, antes, patologias da solidão. Este desaparecimento das solidariedades manifesta-se até mesmo no espaço público, onde se assiste a uma despolitização global... O individualismo é uma derrota e não um ideal.

Proposto como alternativa para enfrentar a crise do capital, o neoliberalismo trouxe novo nexo para a correlação de forças sociais e com ele mudanças profundas no mundo do trabalho: a reestruturação produtiva, a precarização do trabalho, o desemprego estrutural e, conseqüentemente, o temor

de ser excluído do processo produtivo formal. Todo este clima gera grande sofrimento. Empresas como a Manpower, multinacional que atende ao processo de terceirização de trabalhadores, cresceu 240% de 1985 a 1995, tendo mais 200.000 trabalhadores do que a General Motors e mais 250.000 do que a Internacional Business Machine (IBM) no mundo.

Estando o trabalhador inserido neste contexto laboral adverso, tem que provar a cada minuto ser o melhor indicado para a realização da tarefa/seu trabalho. O trabalhador se vê desafiado a pensar e criar permanentemente, buscando cumprir um leque maior de responsabilidades e dar conta de novas demandas, seu estado de tensão e prontidão permanente levam muitas vezes ao esgotamento físico e psíquico. As mudanças trazem ainda a automatização das fábricas, fechando postos de trabalho e aumentando a importância de outro campo de atuação, o setor de serviços. Campo este que coloca como exigência um “estado criativo” e empreendedorismo permanentes, que não têm qualquer referência à capacidade criadora do trabalho e ao trabalhador enquanto sujeito no processo de trabalho, mas que se circunscreve na demanda do capital.

Este clima exige do trabalhador pensar e investir sua atenção no trabalho diuturnamente, buscando cumprir com suas responsabilidades e dar conta de um leque muito mais amplo das pendências e do controle de qualidade. Isto sem contar nos estressores próprios de cada atividade laboral, isto é, em características próprias de cada atividade que por si só já deixam o trabalhador em estado de tensão permanente. Como exemplo, podemos citar os trabalhadores da saúde que atuam em uma emergência de hospital. Convivem com situações limites de vida e morte, num contexto de permanente falta de infraestrutura de trabalho, sem contar as relações conflituosas com os outros profissionais, que têm demonstrado grande dificuldade em objetivar trabalho multidisciplinar em suas ações diárias, além de baterem-se contra o poder médico que ainda impera nas instituições de saúde.

O trabalhador do contexto neoliberal sente-se pressionado durante toda a jornada de trabalho, jornada esta que com algumas exceções sempre extrapola oito horas diárias e, não raro, o mantém ainda “ligado” ao trabalho em casa, pensando nas pendências, preocupado com seu desempenho,

com o fantasma da demissão que ronda atualmente o contexto do trabalho – desemprego estrutural –, quando não leva afazeres do trabalho para seu lar. Enfim, o trabalhador, no momento em que deveria desligar-se dos seus afazeres para se dedicar às outras atividades de sua vida, permanece vinculado ao trabalho e, o que é pior, em uma ligação de permanente temor, pois o medo encontra-se no cerne desta relação. Medo de não dar conta das tarefas, medo do desemprego, medo de não atingir a expectativa do gestor, medo de não entregar o trabalho a tempo, só para citar alguns dos muitos temores que assolam o trabalhador.

Passados mais de dois séculos da primeira revolução industrial, o capitalismo hoje aprofundou e enraizou esta relação de espoliação. No trabalho o estranhamento e o sofrimento só fazem crescer. Ainda assim, não podemos deixar de apontar determinados avanços nesta área: em relação, por exemplo, a doenças que nos primórdios do capitalismo eram causadas por insalubridade, jornadas [oficiais] de trabalho extensas e falta de dispositivos físicos e legais de proteção ao trabalhador. Os trabalhadores conquistaram, gradualmente, leis que procuram garantir que os ambientes laborais cumpram as obrigações legais para assegurar condições mínimas de trabalho³. Conquistas estas que se devem às mediações existentes no espaço de luta e da correlação de forças presentes na sociedade, que permitem às classes trabalhadoras e a outras classes impingir recuos ao capital, obrigando-o a institucionalizar muitas vezes atores sociais que possam minimamente assegurar-lhes algumas garantias e direitos⁴. Contudo, a despeito desta constante luta, o sofrimento é cada vez maior. Haja vista as planilhas produzidas pelo Ministério do Trabalho. Ainda que não tenhamos estatísticas que relacionem os números de trabalhadores que sofrem psiquicamente em função de sua atividade laboral, temos números que fazem esta ligação indiretamente, através de acidentes de trabalho e afastamentos

por doença de uma maneira geral, estando neles embutidas as patologias mentais.

A flexibilização da economia produziu impactos profundos nas relações, não só laborais como também familiares, o que só agrava o nível de sofrimento das pessoas em geral e dos trabalhadores em particular. Senett (1999) em seu livro relata a história de Rico, um dos “personagens” de seu livro, que é sempre colocado como contraponto de Enrico, seu pai. Através deles oferece-nos exemplos marcantes desta fluidez nas relações e o sofrimento que gera. Enquanto este último ensinava valores para seus filhos usando como exemplo seu trabalho, que executou por mais de vinte anos na mesma empresa, na mesma função, seu filho, executivo que já havia passado por diversos empregos, encontrava dificuldades de fazer o mesmo, isto é, de usar a si próprio como exemplo paterno e passar valores para seus filhos, tais como confiança e compromisso mútuo. Todas estas são virtudes de longo prazo. Como poderia evitar que as relações familiares sucumbissem diante do comportamento a curto prazo, da rapidez do tempo e da flexibilidade das relações? O comportamento flexível não lhe servia em seu papel de pai, pois gostaria de oferecer aos seus filhos uma orientação durável e isto é uma das coisas que muito o angustia.

Na época em que Marx produziu a maioria de seus textos, o capitalismo tinha uma ferocidade explícita muito maior do que tem hoje. O consumo do trabalhador pelo modo de produção era brutal, mais objetivo sugava sua força física, pois ainda não havia entrado em cena a necessidade de submetê-lo subjetivamente. O trabalhador gastava muitas vezes mais de 16 horas de seu dia nas fábricas, para ganhar o suficiente para comer uma ração mínima suficiente para mantê-lo sobre duas pernas, trabalhando em um ambiente de trabalho absurdamente insalubre, com ar empestado de partículas de poluição, altíssimas temperaturas, jornadas e ritmo de trabalho marcados pela produção e pelas máquinas, levando os trabalhadores à exaustão. Há n’*O capital* inúmeros exemplos que nos mostram a selvageria da organização do trabalho naquela época :

No inverno passado (de 1862), entre 19 moças, não compareceram 6 em virtude de doenças causadas por excesso de trabalho. Tinha de gritar para elas a fim de mantê-las acordadas. (MARX, 2004, p. 286).

³ Não nos fogem ao conhecimento as relações marginais e de condições subumanas de trabalho que ainda encontramos em pleno século XXI, como regimes de escravidão e trabalho infantil, etc. Este artigo tem a pretensão de abordar o tema, mas trata da realidade na qual as leis que regem os ambientes de trabalho são cumpridas e mesmo assim há forte incidência de sofrimento e adoecimento.

⁴ O próprio Marx em *O Capital* aponta a presença destes atores na figura dos fiscais de fábrica, ponto este a que retomaremos com mais detalhes adiante.

[...] meu filho, quando tinha 7 anos de idade, eu o carregava nas costas [...] e ele trabalhava 16 horas [...]. Muitas vezes ajoelhei-me para lhe dar comida enquanto estava junto à máquina, pois não devia abandoná-la nem deixá-la parar. (idem, p. 287).

Cenário também encontrado em outros ambientes laborais:

[...] diante do capital, são iguais todos os seres humanos: uma modista e um ferreiro. Nas últimas semanas de junho de 1863, todos os jornais de Londres traziam uma notícia encimada por um título sensacional: 'Morte por excesso de trabalho'. Tratava-se da morte de uma modista [...], de 20 anos [...], moças que trabalham ininterruptamente 16 ½ horas, durante a temporada, às vezes 30 horas consecutivas, sendo reanimadas, quando fraquejam, por meio de xerez, vinho do Porto ou café... Mary Anne... tinha trabalhado 26 ½ horas sem interrupção [...]. (idem, p. 294).

O sofrimento era objetivo, concreto, provocando consequências como a elevação escandalosa de mortes entre os trabalhadores, a diminuição da estatura das pessoas,

uma população física e moralmente degenerada. São em regra franzinos, de má construção física, e frequentemente tem o tórax deformado. Envelhecem prematuramente e vivem pouco, fleumáticos e anêmicos. (idem, p. 285).

O mercado repunha os afastados por doença e morte, e esta reposição não acarretava qualquer impacto para o capitalista, já que não existia ainda legislação que o fizesse indenizar por estes danos, além de ter mão de obra sobrando. Surgem então nesta época os inspetores de Estado, que eram agentes diretamente subordinados ao Ministério do Interior da Inglaterra e que tinham como responsabilidade inspecionar os locais de trabalho, e cujos relatórios, elaborados a partir de visitas às fábricas e locais de produção, eram publicados semestralmente pelo Parlamento inglês. Tais documentos são bases estatísticas regulares e oficiais sobre a avidez capitalista pela exploração do trabalho e forte instrumento social para compelir os capitalistas a uma relação de mais respeito com o trabalhador. Muitos deles serviram de base para a elaboração da legislação de proteção ao trabalhador, trazendo a obrigatoriedade da redução das jornadas de trabalho, a limitação de idade para contratação de empregados, bem como por melhores condições laborais.

Passados mais de duas centenas de anos de sua instauração, o capitalismo continua como modo de produção hegemônico, em escala mundial, já tendo adotado diversos padrões de acumulação. Pressionado pelas lutas sociais e dos trabalhadores, o modelo capitalista se vê coagido a promover ambientes de trabalho saudáveis e jornadas de trabalho menos extenuantes, mas ainda assim se faz presente o sofrimento no trabalho. Na maioria dos casos não mais pelos ambientes insalubres, mas por outros aspectos subjetivos que, como já dissemos anteriormente, não foram objeto de estudo aprofundado de Marx. Em suas obras, as referências que encontramos à subjetividade estão subsumidas aos processos da exploração, alienação e o estranhamento, a fetichização da mercadoria, ou ainda aos ideais de Marx de fornecer subsídios para a organização dos trabalhadores em uma luta mundial contra o capitalismo. Aos que se seguiram a Marx, como constata Silveira (1989):

O interesse pela questão da subjetividade no interior do pensamento marxista esteve praticamente congelado, sob o período que se convencionou chamar de 'stalinista', e ainda hoje é alvo de crítica mordaz por parte de certas correntes que se propõem marxistas, encarando-a como uma questão burguesa ou pequeno-burguesa. (SILVEIRA, 1989, p.11).

Na literatura sobre a saúde do trabalhador, questões que fujam à dimensão orgânica ou objetiva e mensurável no processo de adoecimento têm, em geral, sua participação subdimensionada. O sofrimento psíquico no trabalho permaneceu por muito tempo negligenciado, mas em 1956, na França, um pesquisador o resgata e faz com que apareça em cena como objeto de estudo sob uma ótica diferenciada: em uma pesquisa realizada sobre a neurose das telefonistas, Le Guillant (1984) aborda este assunto e as complexas relações entre saúde mental e trabalho.

O que antes foi negado e até negligenciado, atualmente não é apenas matéria de especialista, estudioso ou cientista da área de Saúde do Trabalho, o tema sofrimento psíquico no espaço laboral atrai a atenção de leigos. Tocar neste assunto em uma roda de pessoas, em uma fila ou em qualquer grupo ou lugar mobiliza rapidamente interessados em discutir o assunto, alguns, inclusive, dando testemunhos de experiências próprias, de amigos ou conhecidos que viveram experiências relacionadas ao assunto.

Testemunhos daqueles que acabaram por sucumbir e adoecer diante do processo produtivo, da reestruturação produtiva que têm como consequências uma extensa jornada de trabalho, demandas superpostas, de pressões causadas seja por problemas com o estilo de gestão, pelas relações estabelecidas com a chefia e/ou colegas de trabalho, pelo grande número de tarefas a executar, pela quantidade de trabalho pelos quais respondiam, ou ainda por insatisfação com o serviço, entre muitos outros motivos. Como diz Dejours (2003, p. 28): “[...] por trás da vitrina, há sofrimento dos que trabalham [...]”. Em empresas modernas, o perigo hoje não mora mais, necessariamente, em ambientes escandalosamente insalubres, barulhentos, úmidos, mas nas imposições de horário, de ritmo, de formação, de informação, das relações ali estabelecidas, além dos aspectos visíveis da organização e do processo de trabalho.

Em 1991, a *American Psychologist* alertava para o fato de o sofrimento psíquico no trabalho ser a segunda causa de afastamento no trabalho nos Estados Unidos. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o estresse⁵ é um dos mais graves problemas de trabalho na atualidade: estatísticas da OIT apontam que, no Brasil, pelo menos metade da População Economicamente Ativa (PEA) já passou por um momento de estresse no ambiente de trabalho causado por fatores já enumerados aqui anteriormente, ou por outros, fora do ambiente laboral, mas que, ainda segundo a OIT, devem urgentemente ser avaliados. Ações devem ser tomadas, já que são a causa da morte de mais de 2 milhões de pessoas no mundo, matando mais que as drogas e o álcool juntos.

Como registra Pereira em seu estudo realizado com fisioterapeutas que trabalhavam em um único hospital, isto é, não tinham jornadas de trabalho múltiplas [na área da assistência], 46% apresentavam alto índice de exaustão emocional e apenas 7% deles tinha alta satisfação no trabalho que executavam (PEREIRA, 2002, p. 97). Parece que o que está faltando é uma análise mais profunda das patologias que vêm sendo apresentadas e sua relação com o processo e organização do trabalho no qual os

segurados estão inseridos. Usando dados do relatório de 2001, a própria Previdência aponta os transtornos mentais como a terceira maior incidência nos casos de auxílio-doença.

Em 2003 foi publicado o estudo *Safety in numbers: pointers for a global safety culture at work*, da Organização Internacional do Trabalho, mostrando-nos números estarrecedores: ocorrem em média 270 milhões de acidentes de trabalho por ano no mundo, e 75% deles (isto é, em torno de 200 milhões) poderiam ser facilmente evitados com ações preventivas. As mortes, as doenças e os acidentes causados pelo trabalho consomem em torno de 4% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, e só no Brasil estima-se que este custo gire em torno de 10% do nosso PIB (OIT, 2003). É importantíssimo pontuar que este âmbito – a saúde do trabalhador – seja talvez o único em que forças estruturalmente antagônicas do capitalismo tenham pelo menos uma confluência temática de interesse, que se coloca, obviamente, de maneira distinta para ambos os lados. Para o capital é uma questão relacionada a “problemas de produção”, já para o segundo é “problema de vida”.

O artigo 23 da Declaração Universal dos Direitos Humanos traz dade é testemunha do alcance de suas ações. Não há como negar a importância destas ações, mas há espaços, mediações e clivagens nas quais se podem engendrar ações e que são circunscritas nestas mesmas lutas, só que em dimensões do cotidiano do trabalho, como aquelas que se dão no campo da cultura organizacional e gestão do trabalho, e que também podem contribuir para a luta pela democratização dos espaços organizacionais ou ainda o das relações estabelecidas entre os trabalhadores a partir do espaço laboral, mediando conflitos e estimulando a formação de laços sociais nos locais de trabalho, como forma de fortalecer os trabalhadores e sua saúde.

Conclusão

Há na contemporaneidade certa querela sobre o fim da centralidade do trabalho, mas acreditamos teórica, metodológica e politicamente que ela continua existindo e sendo determinante na sociedade, seja pela presença ou pela falta dele. Vemos o trabalho enquanto processo central no qual o homem se realiza (ou deveria se realizar), mas, por vivermos

⁵ Estresse é o estado de tensão emocional que produz uma situação psicológica desagradável caracterizada por irritabilidade, distúrbio de sono e do apetite, dificultando a concentração, e preocupação exagerada com relação a situações triviais. Em geral há queda no rendimento, com diminuição da memória e provocando impotência. Pode ser desencadeado por uma situação súbita (um assalto, por exemplo) ou por situações conflitantes contínuas.

em uma sociedade inserida no modo de produção capitalista⁶, tem em termos gerais, na contradição entre a evolução de suas forças produtivas e a relação de produção, o agravamento do distanciamento entre a dimensão de realização e emancipação do trabalho e a atividade em si. O sofrimento no trabalho, ao invés de diminuir com o desenvolvimento, acaba aumentando e aprofundando suas consequências negativas, na relação com as dimensões subjetivas do homem.

Temos muitos pesquisadores hoje envolvidos na análise do mundo do trabalho e propondo alternativas a este modo de produção, mas poucos são aqueles que, mesmo mantendo-se fiéis à crença de que o melhor dos mundos não é de lógica capitalista, apontam alternativas que possam ser levadas a cabo no curto prazo, já que hoje só se vislumbra a possibilidade deste outro contexto no longo prazo, ou ainda, como pregava o próprio Marx, enquanto não se dá a consumição final desta etapa da evolução social humana.

A organização coletiva da classe trabalhadora continua sendo fundamental, mas, em um contexto de descompasso estrutural de sindicalismo que enfrenta crises e encontra-se em sua maioria desmobilizado e por isso enfraquecido, onde a lógica neoliberal individualista é cada vez mais exacerbada, os próprios gestores e trabalhadores têm de encontrar outras formas de sobreviver diante do risco, fortalecendo-se, tornando o ambiente laboral menos penoso e danoso para sua saúde mental.

O Serviço Social brasileiro, em suas áreas de atuação, em sua história recente, priorizou outras áreas de atuação que não o ambiente organizacional. Isto se deve em grande parte às consequências do acesso que a categoria teve aos primeiros escritos marxistas⁷ nos anos 1960, em um contexto pontuado pela crise do modelo tradicional adotado até então, da pressão exercida pelos movimentos revolucionários e pela rebelião estudantil, sendo que esta aproximação se realizou pelo viés ideo-político, que tinha um nível de exigência teórico muito reduzido.

Esta forma de aproximação marcou profun-

⁶ Cabe destacar que a adaptação do homem à máquina é um fenômeno que também ocorreu em sociedades socialistas. Para ver mais sobre isto consultar Heloani (2003).

⁷ Adotaremos aqui a distinção proposta por Netto para marxista e marxiana. Para o presente artigo, as obras marxianas são as produções originais do próprio Marx e produções marxistas se referem às interpretações e produções de seus adeptos e seguidores.

damente a história da profissão no Brasil, nas suas diversas áreas de atuação, principalmente naquela circunscrita à arena privilegiada de conflito entre capital e trabalho: as empresas ou o mundo do trabalho. A apropriação das ideias marxistas por este viés acabou por determinar inclusive o caráter adotado pelos assistentes sociais diante da realidade, alguns de cariz messiânico, negando aqueles espaços enquanto possíveis de realizar um trabalho comprometido com a execução e garantia dos direitos dos trabalhadores, e dele então se eximiam, ou fatalista, que acabavam por reforçar as práticas de gestão adotadas, sem conseguirem propor alternativas ao que estava posto.

Atualmente, o acesso direto e primário a Marx possibilita a leitura de seus clássicos, sem intérpretes, e foi através destes escritos que alguns representantes da categoria conseguiram perceber que ele não maldizia as benesses trazidas pelo novo padrão de acumulação, mas, pelo contrário, via o capitalismo como obra do desenvolvimento das forças produtivas, processo irreversível e até certo ponto benéfico, além de ser uma etapa impossível de ser eliminada, mas que deveria ser vivida e superada, pela sua própria dialética, para o alcance da sociedade comunista, considerada por ele como ideal e mais justa. Baseada em Marx, Iamamoto (2001) assinala: “O desenvolvimento das relações monetárias – e com elas o capital – tende a um desenvolvimento universal das forças produtivas humanas, e, portanto, ao ‘mais alto grau de desenvolvimento dos indivíduos’, ainda que os realize de forma limitada” (IAMAMOTO, 2001, p. 59, grifos da autora). Partindo desta visão, estes profissionais, e neste grupo incluo Iamamoto, conseguiram ir além da postura meramente crítica e abstrata, e propor ações alternativas que visem à melhoria do ambiente laboral, mesmo ainda estando em uma sociedade que tem no capitalismo seu padrão de acumulação.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA REUTERS DE NOTÍCIA (2004). **Dois milhões de pessoas morrem por ano devido a acidentes e doenças associadas ao trabalho**. Brasília. Disponível em: <<http://br.reuters.com>>. Acesso em: 28 abril 2005.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

- BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Anuário estatístico da Previdência Social**. Brasília, 2004. Disponível em <www.mpas.gov.br>. Acesso em: 01 dezembro 2005.
- BUEY, F. F. **Marx (sem ismos)**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004.
- CANGILEM, G. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1978.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR, 3. - **Texto de contribuição ao debate – INST-CUT** (Revisado pelo Coletivo Nacional de Saúde Trabalho e Meio Ambiente em março de 2005). 2005, Brasília. Ministério da Saúde. Disponível em: <http://bvsm.sau.gov.br/bvs/trabalhador/pdf/coletanea_textos_econf.pdf>. Acesso em: 22 setembro 2006.
- DEJOURS, C. **A psicodinâmica do trabalho**. São Paulo: Atlas, 1994.
- _____. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.
- DIESAT. Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho. Sítio do Departamento. São Paulo. Disponível em: <http://www.diesat.org.br>. Acesso em: 05 maio 2006.
- FREIRE, L. M. B. **O serviço social na reestruturação produtiva**. São Paulo: Cortez Editora, 2003.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- HELOANI, R. **Gestão e organização no capitalismo globalizado**. História da manipulação psicológica no mundo do trabalho. São Paulo: Atlas, 2003.
- HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1986.
- IAMAMOTO, M. V. **Relações sociais e serviço social no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 1985.
- _____. **Trabalho e indivíduo social**. São Paulo: Cortez, 2001.
- _____. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2005.
- LEGUILLANT, L. (Org.). **Quelle psychiatrie pour notre temps?** Travaux et écrits de Louis Le Guillant. Toulouse: Erès, 1984.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto comunista**. São Paulo: Edições Sociais, 1977. (Coleção Textos, v.3).
- MARX, K. **O 18 brumário**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. Coleção Os pensadores.
- _____. **O capital: o processo de produção do capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. Livro 1, v. 1.
- MÉSZAROS, I. Verbete mediação. In: BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- MONTAÑO, C. **Terceiro Setor e a questão social**. São Paulo: Cortez, 2003.
- NETTO, J. P. **Crise do capitalismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1995.
- OUTHWAITE, W. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- OFFE, C. **Capitalismo desorganizado**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.
- OIT – Organização Internacional do Trabalho. Disponível em: <http://www.oit.org.br>. Acesso em: 10 de outubro de 2003.
- PEREIRA, A. M. T. B. (Org.). **Burnout: quando o trabalho ameaça o bem-estar do trabalhador**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.
- SANTANA, M. A.; RAMALHO, J. R. **Além da fábrica**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- SENETT, R. **A corrosão do caráter**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.
- SILVEIRA, P; DORAY, B. (Org.). **Elementos para uma teoria marxista de subjetividade**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1989.
- SOARES, L. T. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2000.
- SROUR, R. H. **Poder cultura e ética nas organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- SZNELWAR, L. I.; LANCMAN, S. (Orgs.). **Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.
- TAYLOR, F. W. **Princípios da administração científica**. São Paulo: Atlas, 1980.
- VASCONCELOS, E. M. (Org.). **Saúde mental e serviço social**. São Paulo: Cortez Editora, 2002.
- _____. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- ZANELLI, J. C. et al. (Orgs.). **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. São Paulo: Artmed, 2004.